

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL**, objetivando abastecer e atender à necessidade dos **ÓRGÃOS e ENTIDADES da PMB**, conforme os prazos, especificações e quantitativos discriminados neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se o atendimento deste processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **“MENOR PREÇO POR LOTE”**, consoante a Lei Federal nº 14.133/2021 pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para atender o disposto no art. 40, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 107.923/2023-PMB, pela conveniência das aquisições terem entregas parceladas, a fim de suprir as necessidades dos **ÓRGÃOS e ENTIDADES da PMB**.

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, conforme Decreto Municipal nº 107.811/2023-PMB.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 107.809/2023-PMB.

2.4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. Considerando a necessidade de aquisição de água mineral para atender aos Órgãos e Entidades da Prefeitura Municipal de Belém, verifica-se tratar-se de bem de consumo contínuo, indispensável ao regular funcionamento das unidades administrativas, à adequada prestação dos serviços públicos e ao bem-estar de servidores e usuários. A água mineral constitui insumo essencial à manutenção da hidratação e da saúde, sendo necessária de forma permanente em razão do fluxo diário de pessoas, da execução contínua das atividades institucionais e das condições de funcionamento das repartições públicas, de modo que sua ausência ou descontinuidade compromete diretamente a eficiência administrativa e a qualidade do atendimento ao público.

2.4.2. Nesse contexto, a presente contratação enquadra-se como fornecimento contínuo, conforme a sistemática da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos termos do art. 6º, inciso XV, por atender a necessidades permanentes ou prolongadas da Administração Pública Municipal. Tal característica justifica a adoção de modelo contratual que assegure o abastecimento regular, por meio de entregas periódicas ou sob demanda, garantindo a continuidade do serviço público, a adequada execução das rotinas administrativas e a observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento das contratações, com base no histórico de consumo e na estimativa técnica de demanda das unidades administrativas.

2.4.3. A aquisição de forma centralizada, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) e considerando a natureza do objeto como fornecimento contínuo, possibilita a consolidação das demandas dos diversos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Belém, gerando ganhos de escala, maior competitividade entre fornecedores e obtenção de preços mais vantajosos. Tal modelagem favorece o planejamento do consumo, a reposição regular dos estoques e a

padronização dos garrafões, garrafas e copos utilizados, além de conferir maior flexibilidade à execução contratual, permitindo aquisições conforme a necessidade efetiva de cada Secretaria/Órgão. Dessa forma, evita-se a realização de contratações isoladas, emergenciais ou fragmentadas, promovendo maior eficiência, economicidade e racionalização dos gastos públicos.

2.4.4. Em tempo, considerando que as últimas Atas de Registro de Preços realizadas (nº 001/2025 e nº 002/2025, vinculadas ao Pregão Eletrônico nº 90031/2024-SEGEP), possuem vigência até abril de 2026, faz-se imprescindível, nesse momento, realizar todos os atos relativos à nova licitação para a manutenção na continuidade do fornecimento de água mineral para toda PMB.

2.4.5. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar o qual embasa o presente instrumento.

2.4.6. Em tempo, vejamos a lista de Órgãos da Administração Direta e Autônomos da PMB participantes da presente Demanda Coletiva:

1. Gabinete da Prefeitura – **GAB. PREF.**
2. Procuradoria Geral do Município – **PGM**
3. Ouvidoria Geral do Município – **OGM**
4. Guarda Municipal de Belém – **GMB**
5. Secretaria de Governo – **SEGOV**
6. Secretaria de Finanças – **SEFIN**
7. Secretaria de Educação – **SEMEC**
8. Secretaria de Obras e Infraestrutura – **SEINFRA**
9. Secretaria de Saúde – **SESMA**
10. Secretaria de Zeladoria e Conservação Urbana – **SEZEL**
11. Secretaria de Desenvolvimento Econômico – **SEDCON**
12. Secretaria Geral do Planejamento e Gestão – **SEGEP**
13. Secretaria de Habitação - **SEHAB**
14. Secretaria de Meio Ambiente - **SEMMA**
15. Secretaria de Comunicação – **SECOM**
16. Secretaria de Esporte e Lazer – **SEMEL**
17. Secretaria de Cultura e Turismo – **SEMCULT**
18. Secretaria de Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos – **SEMCAD**
19. Secretaria de Proteção e Defesa dos Animais – **SEPDA**
20. Secretaria de Agricultura e Pesca – **SEAPE**
21. Secretaria da Mulher - **SEMU**
22. Secretaria de Trabalho e Emprego – **SEMTE**
23. Previdência do Município de Belém – **BELELMPREV**
24. Instituto de assistência à saúde dos servidores – **IASB**
25. Fundação PAPA JOÃO XXIII – **FUNPAPA**
26. Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol - **FVOS**
27. Companhia de Tecnologia da Informação de Belém – **BELÉM DIGITAL**
28. Companhia de desenvolvimento e admiração da área metropolitana de Belém – **CODEM**
29. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – **PROMABEN**
30. Agência Reguladora de Belém – **ARBEL**
31. Secretaria de Ciência e Tecnologia – **SECT**
32. Secretaria de Turismo – **SETUR**

2.4.7. A estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanharão a demanda coletada através de Ofício perante os **ÓRGÃOS e ENTIDADES da PMB**, indicando referência ao consumo do ano anterior e previsão no **PCA**. Os documentos estarão anexados na fase interna do processo, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação (Art. 40, da Lei Federal nº 14.133/2021).

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os objetos desta contratação deverão observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no **Anexo I-A** do presente Termo de Referência.

4. DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES

4.1. A presente contratação será estruturada em lotes, tendo em vista que a divisão por itens isolados, embora em regra recomendável, não se mostra tecnicamente adequada no caso concreto, podendo comprometer a eficiência da execução contratual e a adequada gestão do fornecimento. A organização em lotes permite o acompanhamento mais próximo e integrado das rotinas de abastecimento de água mineral, evitando a pulverização de fornecedores para um mesmo conjunto de demandas, o que poderia gerar sobreposição de entregas, dificuldades logísticas e aumento do risco de descontinuidade no fornecimento.

4.2. A opção pela contratação em lotes encontra respaldo na Súmula 247 do TCU, segundo a qual o parcelamento do objeto deve ser adotado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, não sendo obrigatório quando implicar prejuízo ao conjunto da contratação. No presente caso, a divisão por itens poderia comprometer a padronização dos vasilhames, a logística de distribuição e a gestão contratual, justificando, portanto, a adoção do agrupamento em lotes como medida mais eficiente e adequada ao interesse público.

4.3. Além disso, a formação de lotes contribui para a padronização dos produtos fornecidos, especialmente no que se refere aos vasilhames e formas de acondicionamento, garantindo maior uniformidade na qualidade e facilitando o controle administrativo e operacional por parte da Administração. Tal estrutura também favorece a obtenção de ganhos de escala e melhores condições comerciais, ao ampliar o volume contratado por fornecedor, tornando a contratação mais atrativa ao mercado.

4.4. Sob o aspecto da gestão contratual, a divisão em lotes possibilita maior coordenação e eficiência na fiscalização, permitindo que a execução seja acompanhada de forma mais sistemática e integrada, com melhor controle de prazos, entregas e qualidade dos produtos. Ademais, essa modelagem contribui para a sustentabilidade da contratação, ao racionalizar os fluxos logísticos e reduzir a fragmentação administrativa, assegurando maior estabilidade na execução e mitigação de riscos operacionais.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO/DOTAÇÃO

5.1. A estimativa de custo para a aquisição do objeto do presente Termo de Referência será realizada após a ampla consulta/pesquisa no mercado do valor dos itens a serem licitados, devendo obrigatoriamente ser elaborada, com base no Decreto Municipal nº 107.812/2023-PMB, a fim de permitir a posterior indicação dos recursos orçamentários em dotação correta e suficiente para as futuras e eventuais aquisições decorrentes do Registro de Preços.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A proponente deverá na ocasião da apresentação da proposta:

6.1.1. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço, indicando o valor unitário e total de cada item e o valor total da proposta que a proponente se propõe a fornecer, em algarismo e por extenso, já incluídas, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional;

6.1.2. Encerrada a etapa de envio de lances e negociação na sessão pública, o licitante provisoriamente classificado, deverá apresentar proposta de preços e documentações de forma clara e detalhada, citando especificação, fabricante, país de procedência e outras características que permitam identificá-los, anexando-se, inclusive, quando possível, prospectos em Português, sem referência às expressões “similar”, de acordo com os requisitos indicados neste Termo de Referência;

6.1.3. Indicar na proposta que os preços unitários dos objetos ofertados na licitação serão fixos e irrevogáveis, no prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data do **orçamento estimado**;

6.1.4. Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **120 (cento e vinte) dias** contados da data de sua apresentação;

6.1.5. Apresentar na proposta garantia/validade dos objetos, não podendo ser menor que **12 (doze) meses**;

6.1.6. A garantia prevista para o item diz respeito a solução de problemas no que tange as embalagens, objetos avariados, bem como todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início a partir da data de recebimento definitivo, **sem ônus adicional** para a **CONTRATANTE**;

6.1.7. Qualquer opção oferecida pela licitante, que não atenda às especificações contidas no **Anexo I-A**, não será levada em consideração durante o julgamento;

6.1.8. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta ajustada, quando convocado o licitante provisoriamente vencedor para o(s) item(ns) do Anexo I-A, os seguintes documentos:

a) **Laudo de Análise Microbiológica** atualizado expedido pelo extinto **DNPM** ou atual **Agência Nacional de Mineração** ou ainda **laboratório por ele credenciado – LAMIN**, conforme Resolução RDC nº 331, de 23/12/2019 – ANVISA e IN 60, de 23/12/2019 – ANVISA – Ministério da Saúde;

b) **Laudo de Análise Contaminantes** atualizado expedido pelo extinto **DNPM** ou atual **Agência Nacional de Mineração** ou ainda **laboratório por ele ou ela credenciado – LAMIN**, conforme Resolução RDC nº 274/2005 – ANVISA – Ministério da Saúde;

c) **Cópia do DOU da publicação do Rótulo e/ou Registro do Rotulo junto ao extinto Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM** ou pela atual **Agência Nacional de Mineração** (Portaria nº 470/99 – MME);

d) **Certificado de Instituto Técnico** reconhecido, atestando que o produto atende às disposições da **Portaria DNPM nº 387/2008, NBR 14.222/2019, NBR 14.328/2011, NBR 14.638/2011 e especificações da ANVISA e IN SLTI/MP nº 01 de 19/01/2010**.

6.1.9. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido e de faturamento mínimo na proposta.

7. DOCUMENTOS LEGAIS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características ao objeto da licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

b) Alvará Sanitário atualizado, com atividade compatível ao fornecimento do objeto licitado, ou cadastramento definitivo emitido por órgão da vigilância sanitária.

7.2. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8. DA AMOSTRA

8.1. Caso seja necessário, poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente **AMOSTRA(S)** do(s) item(s), no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, para a verificação da compatibilidade com as especificações contidas no **Anexo I-A**, e consequente aceitação da proposta de preços.

8.1.1. Não será aceita a proposta da licitante que tiver **AMOSTRA rejeitada**, ou que **não enviar AMOSTRA**, ou que **não apresentá-la** no prazo estabelecido.

8.2. A **AMOSTRA** deverá ser encaminhada em sua **embalagem original** e estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade, marca, número de referência ou código ou lote, dentre outros.

8.3. Os exemplares colocados à disposição da administração serão tratados como **protótipo**, podendo ser manuseados e submetidos aos testes necessários pela equipe técnica responsável, e em qualquer hipótese, não serão devolvidos ao licitante.

8.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.5. Será considerada **aprovada** a **AMOSTRA** que atender às especificações deste Termo de referência e seus anexos, sendo que a recusa o objeto ofertado será efetivada através de relatório técnico que integrará o processo administrativo.

9. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA

9.1. Os objetos deverão ser entregues em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho e de acordo com a solicitação formal da **CONTRATANTE** que poderá ser em sua sede ou outra unidade do Órgão/Entidade localizado na Região Metropolitana de Belém, conforme estabelecido no **Anexo I – C**, para efetivar a entrega respectiva, quando então apresentará a nota fiscal correspondente.

9.1.1. A empresa vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega, no horário de expediente, com no mínimo **48 (quarenta e oito) horas de antecedência**.

9.2. A critério da **CONTRATANTE** poderá ser modificado o local de entrega, para outro endereço no Município de Belém, sem qualquer tipo de ônus adicionais.

9.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.4. O recebimento e a aceitação dos objetos estarão condicionados após avaliação pelo responsável técnico da **CONTRATANTE**, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável.

9.5. A aceitação do objeto está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes deste Termo de Referência.

9.6. Não serão aceitos objetos diferentes dos especificados neste Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, e que não estejam em bom estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos.

9.7. Caso, durante o prazo de garantia, seja constatado quaisquer defeitos ou divergências nas características dos objetos, a **CONTRATANTE**, comunicará o fato, por escrito, ao Fornecedor, **sendo de até 5 (cinco) dias úteis o prazo para correção dos defeitos e/ou troca dos objetos**, contadas a partir da solicitação efetuada, sem qualquer ônus à Administração Pública.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. O recebimento e a aceitação dos objetos licitados dar-se-ão por comissão ou servidor responsável, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) Provisoriamente: no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório; e

b) Definitivamente: no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

11. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

11.1. Fornecer o objeto de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento;

11.2. Colocar à disposição da **CONTRATANTE**, os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste Termo de Referência;

11.3. Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

11.4. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s), objetos da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em

vigor;

11.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

11.6. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela **CONTRATANTE**, sem prévia autorização;

11.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do contrato;

11.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.9. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

12.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas;

12.2. Rejeitar os objetos cujas especificações não atendam aos requisitos mínimos constantes neste Termo de Referência;

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou servidor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.4. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da **CONTRATADA**, após a efetiva entrega dos itens e emissão dos Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo;

12.5. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência a serem recebidos;

12.6. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.7. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste Termo de Referência.

13. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / DO CONTRATO

13.1. Após homologada a licitação, a **CONTRATANTE** convocará a licitante vencedora para a assinatura da **Ata de Registro de Preços**, dentro do prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Termo de Referência e do previsto no art. 90, § 5º, arts.155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular na assinatura do Contrato ou se recusar a assinar o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14. DA NOTA DE EMPENHO

14.1. O prazo para recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.2. A emissão da Nota de Empenho está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

15. DAS CONDIÇÕES E LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

15.1. Recebida a **Nota Fiscal** ou **documento de cobrança equivalente**, correrá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, **prorrogáveis por igual período**, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.2.1. A data da emissão;

15.2.2. Os dados do Contrato e do **ÓRGÃO CONTRATANTE**;

15.2.3. O período respectivo de execução do Contrato;

15.2.4. O valor a pagar; e

15.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.3. Havendo erro na apresentação da **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente**, ou circunstância que impeça a **liquidação da despesa**, está ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

15.4. A **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada pela **CONTRATANTE** por meio de consulta “**on-line**” ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

15.6. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser **prorrogado uma vez, por igual período**, a critério do **CONTRATANTE** (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

15.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar, via registro no SICAF, aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, conforme estabelece o **art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 03/2018**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.8. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à **rescisão contratual** nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a **ampla defesa**.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação junto ao **SICAF**, conforme estabelece a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 03/2018**;

15.10. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

15.11. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento**, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo Fiscal do Contrato, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

15.12. O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos objetos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

15.13. Será procedida consulta “**On-Line**” junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do **FGTS**, da **Previdência Social** e **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

15.14. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

15.15. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

15.16. Caso haja aplicação de multa em favor da **CONTRATANTE**, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente da **CONTRATADA**. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

15.17. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são **fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses**, a contar da data do orçamento estimado.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência Contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o **interregno de um ano**, aplicando-se o **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.1.2. O **reajuste** se restringirá ao valor do saldo contratual existente na data em que aquele for devido;

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de **reajustamento**, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao **reajustamento de preços** do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Caso o índice estabelecido para **reajustamento** venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para **reajustamento do preço** do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.7. Não será devido **reajuste** quando o atraso na entrega do bem for atribuível a **CONTRATADA**.

17. FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO

17.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preço, serão arcadas através das dotações orçamentárias próprias, indicadas antes da formalização do(s) contrato(s), conforme previsões/suplementações no Orçamento da **CONTRATANTE**.

18. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. O contrato, em razão de sua natureza como fornecimento contínuo, terá vigência definida em 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, observada, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme previsto no art. 105 do mesmo diploma legal;

18.1.1. Admite-se a prorrogação da vigência contratual, por se tratar de fornecimento contínuo, observados os requisitos legais e contratuais, até o limite máximo de 10 (dez) anos de duração total, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos fixados no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 107.810/2023-PMB, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DAS PENALIDADES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com **dolo ou culpa**:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 20.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 20.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 20.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 20.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Anexo I-A;

20.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.6. Fraudar a licitação;

20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

20.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Advertência;

20.2.2. Multa;

20.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial:

20.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do Contrato licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9**, a multa será de **15% a 30%** do valor do Contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da **sanção de multa** será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das **infrações administrativas** relacionadas nos **itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores efetivos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Belém/PA, 16 de abril de 2026.

Assessor ASTEC-CGL/SEGEF

Aprovo o Termo de Referência.

(Assinatura)

ORDENADOR(A) DE DESPESAS

ANEXO I – A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VLR. UNI.
1	ÁGUA MINERAL SEM GÁS (SOMENTE O LÍQUIDO), ENVASADA EM GARRAFÃO DE 20 LITROS (EMBORRACHADO).	Garrafão	141.370	
2	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFÃO DE 20 LITROS COMPLETO (VASILHAME EMBORRACHADO + LÍQUIDO).	Garrafão	6.032	
LOTE 2				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VLR. UNI.
3	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO DE 200 ML, CAIXA COM 48 UNIDADES.	Caixa	38.581	
4	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 300 ML, CAIXA COM 24 UNIDADES.	Caixa	4.956	

ANEXO I – B

QUANTITATIVO ESTIMADO POR ORGÃO PARTICIPE

QUANTITATIVO ESTIMADO POR ORGÃO PARTICIPE					
ORGÃOS PARTICIPES		DESCRIÇÃO DO OBJETO:			
ORD.	SECRETARIA / ENTIDADES	ÁGUA MINERAL SEM GÁS (SOMENTE O LÍQUIDO), ENVASADA EM GARRAFA DE 20 LITROS (EMBORRACHADO).	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 20 LITROS COMPLETO (VASILHAME EMBORRACHADO + LÍQUIDO)	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO DE 200 ML, CAIXA COM 48 UNIDADES.	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 300 ML, CAIXA COM 24 UNIDADES.
1	GAB.P	2000	60	205	110
2	GAB. VP	0	0	0	0
3	PGM	858	0	10	0
4	CGM	0	0	0	0
5	OGM	0	208	0	0
6	GMB	3900	100	2500	0
7	SEGOV	500	0	0	120
8	SEFIN	2724	68	0	20
9	SEMEC	12000	400	1000	1000
10	SEINFRA	4620	0	0	0
11	SESMA	80000	1800	24000	0
12	SEZEL	5520	144	624	400
13	SEDCON	2000	0	1700	0
14	SEGEF	2920	160	72	0
15	SEHAB	300	0	1090	50
16	SEMMA	500	50	50	0
17	SECOM	600	0	60	120
18	SEMEL	244	500	1500	1800
19	SECULT	1440	60	360	240
20	SEMCAD	250	30	100	100
21	SEPDA	156	32	96	0
22	SEMIAC	0	0	0	0
23	SEAPE	280	10	48	0
24	SEMU	0	0	3000	0
25	SEMTE	0	600	0	0
26	SEGBEL	0	0	0	0
27	BELEMPREV	2500	50	1248	0
28	IASB	5040	120	60	0
29	FUNPAPA	7200	1300	700	300
30	FVOS	240	60	96	96
31	BELÉM DIGITAL	1020	0	0	0
32	CODER	1728	12	0	600
33	PROMABEN	1200	20	10	0
34	ARBEL	430	200	50	0
35	SECT	0	48	2	0
36	SETUR	1200	0	0	0
TOTAL GERAL		141370	6032	38581	4956

Obs; Das 36 Secretarias/Entidades, 04 não tiveram interesse:
Gabinete do Vice Prefeito (GAB. VP);
Controladora Geral do Município – CGM;
Secretaria Municipal de Inclusão e Acessibilidade – SEMIAC;
Secret. Munic. de Segur. Ordem Pública e Mobilidade de Belém – SEGBEL;

ANEXO I – C

LISTA DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA POR SECRETARIA¹

SECRETARIA		ENDEREÇO
1	GAB. PREF	PRAÇA DOM PEDRO II, PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS – BELÉM – PA BAIRRO: CIDADE VELHA – CEP.: 66020-240.
2	PGM	AV. PRESIDENTE VARGAS, 413 - CAMPINA, BELÉM - PA, 66017-000.
3	OGM	TRAVESSA 9 DE JANEIRO, Nº 1720, BAIRRO SÃO BRÁS, BELÉM/PA, CEP: 66063-005.
4	GMB	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, Nº 394, BAIRRO MARCO, BELÉM – PA.
5	SEGOV	TRAVESSA 9 DE JANEIRO, Nº 1720, BAIRRO SÃO BRÁS, BELÉM/PA, CEP: 66063-005.
6	SEFIN	TRAVESSA 9 DE JANEIRO, Nº 1720, BAIRRO SÃO BRÁS, BELÉM/PA, CEP: 66063-005.
7	SEMEC	AV. AUGUSTO MONTENEGRO – KM 0 – PASS. MARIA DAS GRAÇAS, 565 – BAIRRO: MARAMBAIA - CEP: 66.623-750 – BELÉM/PA.
8	SEINFRA	AV. GOVERNADOR JOSÉ MALCHER, 1622 – NAZARÉ.
9	SESMA	AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 4833, CASTANHEIRA CEP: 66.645-250 BELÉM PARÁ.
10	SEZEL	AV. ALMIRANTE BARROSO, 3110 – MARCO - CEP: 66093-020
11	SEDCON	TRAVESSA 9 DE JANEIRO, Nº 1720, BAIRRO SÃO BRÁS, BELÉM/PA, CEP: 66063-005.
12	SEGEPI	TRAVESSA NOVE DE JANEIRO, Nº 1720, BAIRRO SÃO BRÁS, BELÉM/PA, CEP: 66060-585.
13	SEHAB	AV. GENTIL BITTENCOURT, 1868, ESQUINA COM TV. 9 DE JANEIRO - SÃO BRÁS - BELÉM – PA - CEP 66040-172.
14	SEMMA	TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA 2078. 66045-315- CREMAÇÃO.
15	SECOM	TRAVESSA PADRE CHAMPAGNAT, Nº 298, BAIRRO CIDADE VELHA, BELÉM/PA, CEP: 66020-470.
16	SEMEL	AVENIDA PEDRO MIRANDA, S/Nº, ALDEIA CABANA DE CULTURA AMAZÔNICA DAVI MIGUEL PEDREIRA, BELÉM/PA - CEP 66085-005.
17	SECULT	JOSE MALCHER, Nº 295 (MEMORIAL DOS POVOS).
18	SEMCAD	AV PEDRO MIRANDA ANDAR 1 SALA 1,2 E 3 PAV. ALDEIA AMAZONICA CEP 66085024.
19	SEPDA	AVENIDA BERNARDO SAYÃO, 3224, CONDOR – 66033-192 - BELÉM, PA.
20	SEAPE	RUA ARISTIDES LOBO, Nº 191 – CAMPINA – BELÉM – PARÁ.
21	SEMU	RUA SÃO BOAVENTURA, 586 (PALACETE PINHO – ENTRADA NOVA), CIDADE VELHA. CEP: 66020-550.
22	SEMTE	AV. GENTIL BITTENCOURT, 1868 - SÃO BRÁS – BELÉM/PA – CEP: 66040-172 - 2º ANDAR.

¹ Os endereços constantes na listagem acima poderão sofrer alterações no curso da execução contratual, em razão de eventuais mudanças de sede ou realocação de unidades administrativas. Ressalta-se que a Prefeitura Municipal de Belém encontra-se em processo de reorganização administrativa, com vistas à centralização dos atendimentos à população, podendo implicar na redefinição dos locais de entrega, os quais serão oportunamente informados à contratada, sem prejuízo da regular execução do objeto contratual.

	SEGBEL	AVENIDA SENADOR LEMOS, 3153 (IT CENTER - 2º ANDAR) – SACRAMENTA.
23	BELÉMPREV	AV. ALM. BARROSO, 2070 - MARCO, BELÉM - PA, 66093-020.
24	IASB	TV. DR. ENÉAS PINHEIRO Nº 2.300 – BAIRRO: MARCO – BELÉM – PARÁ.
25	FUNPAPA	AV. ALM. BARROSO, 4833 - CASTANHEIRA, BELÉM - PA, 66645-250.
26	FVOS	PRAÇA DOM PEDRO II, PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS – BELÉM – PA BAIRRO: CIDADE VELHA – CEP. 66.020-240.
27	BELÉM DIGITAL	AVENIDA NAZARÉ, Nº 708 (ANEXO), BAIRRO NAZARÉ, BELÉM/PA.
28	CODEM	AVENIDA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, Nº 708, BAIRRO NAZARÉ, BELÉM/PA, CEP: 66035-135.
29	PROMABEN	TRAVESSA 1º DE MARÇO, Nº 424, BAIRRO CAMPINA, BELÉM/PA, CEP: 66015-052.
30	ARBEL	TRAV. CURUÇA Nº555 BAIRRO: TELEGRAFO.
31	SECT	TRAVESSA 9 DE JANEIRO, Nº 1720, BAIRRO SÃO BRÁS, BELÉM/PA, CEP: 66063-005.
32	SETUR	AV. PRESIDENTE VARGAS, 158, 13º ANDAR.